



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS



PROCESSO ADMINISTRATIVO

23/2020

REQUERENTE: HOSPITAL MUNICIPAL

ASSUNTO

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO
DE ALCOOL EM GEL-TOTEM PARA O HOSPITAL
MUNICIPAL E UNIDADES BASICAS DE SAÚDE**

Dispensa de Licitação nº 04/2020

AQUISIÇÃO

DE

MUNICÍPIO

Data da Autuação: 13/05/2020

VOLUME: 01/01



Goiânia, 13 de maio de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAÍSO

PROPOSTA COMERCIAL

Conforme solicitado, venho através deste apresentar nossa proposta comercial para fornecimento dos materiais abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	TAMANHO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Totem Álcool Gel Estrutura metálica com revestimento em PS, acionamento por pedal, frasco de 500ml. Com personalização.	35x35x102cm	6	R\$ 365,00	R\$ 2.190,00
					VALOR TOTAL R\$ 2.190.00

TOTAL GERAL

FORMA DE PAGAMENTO: a vista.

VALIDADE DA PROPOSTA: 30 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 7 dias úteis.

GARANTIA: 180 dias.

31.096.086/0001-21
XBR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.
Av. Vereador José Monteiro nº 1806 Sl. 01
Qd. 08 Lt. 08 Setor Negrão de Lima - CEP: 74.650-300
(62) 3283-7867 | 98118-0262
GOIÂNIA - GO


Rosana Bruna
Representante comercial
CPF 981.188.621-00 RG 3716894
(62) 98118-0262

- Adesivos
- Revistas
- Folderes
- Cartazes
- Banner's
- Impressos Gráficos em Geral



(62) 3251-1530/1660

graficaeficaz@gmail.com

Rua C-37 N° 384 Qd. 47 Lt. 02
Jardim América - CEP: 74.265-270
Goiânia - Goiás

Goiânia, 13/05/2020.

ORÇAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIAPONIA

Abaixo proposta para produção e instalação de totem com adesivos impressos em policromia digital:

DETALHAMENTO	FORMATO	QUANT.	UNIT.	V. TOTAL
Totem/display com dispenser para álcool em gel	100 x 35cm	6	570,00	R\$3.420,00
TOTAL GERAL				R\$ 3.420,00

Validade da proposta: 15 dias.

Forma de Pagamento: à vista.

Entrega: a combinar.

07.579.663/0001-51
EFICAZ COMERCIO E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA-ME
Fone: 3251-1530
Rua C 37 nº 384 Qd. 47 Lt. 02
Jardim América
CEP: 74.265-270
GOIÂNIA-GO



TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA COVID Nº 04/2020
(Processo Administrativo n.º023/2020)

1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE ALCOOL EM GEL-TOTEM PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BASICAS DE SAÚDE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE APLICÁVEL)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO
1	Totem álcool gel. Estrutura metálica com revestimento em Os, tamanho 35x35x102cm, acionamento por pedal, frasco de 500 ml.	-	UNIDADE	06	R\$ 2.930,00

2. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

A contratação para o objeto pretendido, deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente na Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto Municipal nº 1.792/2020, de 17 de março de 2020 e suas alterações, em especial, no artigo 4º.

2.1. A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.

2.2. A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções do seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, e equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários.

2.3. Neste sentido é necessária a contratação pública de insumos/equipamentos de forma emergencial para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com a Lei nº 13.979 de 2020, nos termos deste termo de referência.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1, por meio de especificações usuais no mercado.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Na hipótese de haver restrição de fornecedores, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá **dispensar a apresentação de documentação** relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição, conforme modelo constante do Anexo I.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) dias, contados do (a) dia **15/05/2020**, em remessa **única**, no seguinte endereço Rua São José Operário, S/N, Paraisinho, Alto Paraíso de Goiás.

4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.4. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

4.4.1 Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.4.2 **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.4.3 **DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL:** A contratação atende as diretrizes da Lei nº 13.979/20, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediato combate a pandemia coronavírus, bem como seguir alinhada aos padrões nacionais de aquisição para enfrentamento da calamidade.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **05 (cinco)** dias, contados a partir do recebimento do produtos/equipamentos juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pela contratada.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás



condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

A Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, vem firmar que os orçamentos enviados anexos a este Termo de Referência, foram por mim realizados e são verdadeiros, conforme rubrica/assinatura em cada um deles.

Município de Alto Paraíso de Goiás – GO 14 de maio de 2020.

Maria Cleonice Rodrigues de Sousa
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Gestora do FMS



DESPACHO A PROCURADORIA JURÍDICA/ SETOR FINANCEIRO/

DESPACHO Nº 04/2020

Processo Dispensa COVID nº 04/2020

Assunto: Aquisição de Equipamento para Dispensação de Álcool em Gel -Totem para o Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde

Destinatário: PROCURADORIA JURÍDICA/ SETOR FINANCEIRO

1. Versa o presente sobre a contratação de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE ÁLCOOL EM GEL - TOTEM PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE** com fulcro no disposto no art. 4º, da Lei Federal n. 13.979/2020, com redação dada pela Medida Provisória n.º 926/2020.
2. Necessário informar que o objeto contratado corresponde tão somente à parcela necessária para o enfrentamento do COVID-19, nos termos já declarados nos autos e no Projeto Básico.
3. Impende destacar que a proposta é a mais vantajosa para a Administração e, com objetivo de comprovar a vantajosidade, foi realizada pesquisa em cesta de preços válida que demonstrou que os preços estão compatíveis com os praticados, conforme Mapa Comparativo de Preços.
4. Assim, encaminho os autos para parecer da Procuradoria Jurídica Municipal.
5. Após, encaminha os autos para emissão de Certificado de Disponibilidade Orçamentária no valor de R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais).

Município de Alto Paraíso de Goiás - GO 14 de maio de 2020

Maria Cleonice Rodrigues de Sousa
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Gestora do FMS



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Procuradoria Jurídica Municipal

PARECER Nº 004/2020 - COVID-19

PROCESSO nº 023/2020

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 04/2020

INTERESSADO: Fundo Municipal de Saúde

ASSUNTO: Contratação direta, por dispensa de licitação, de *aquisição de equipamento para dispensação de álcool em gel – TOTEM para o hospital municipal e unidades básicas de saúde* para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 c/c art. 4º do Decreto Municipal nº 1.792/2020.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE ÁLCOOL EM GEL – TOTEM PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 4º DA LEI Nº 13.979, DE 2020 C/C ARRT. 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.792/2020.

I - Contratação direta, mediante dispensa de licitação, de aquisição de equipamento para dispensação de álcool em gel – TOTEM para o hospital municipal e unidades básicas de saúde, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

II - Admissibilidade. Hipótese de licitação dispensável prevista no art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

III - A contratação deve limitar-se ao atendimento da emergência decorrente da necessidade de combate ao coronavírus.

IV - Dispensa da elaboração do estudo preliminar, de posturas voltadas para o gerenciamento de risco na fase de contratação e de minuta de contrato.

V - Possibilidade de projeto básico simplificado.

VI - Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

I - RELATÓRIO

Por despacho da Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, responsável pelos procedimentos de dispensa de licitação para enfrentamento ao COVID-19, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado à PROJUR o presente processo para análise da contratação direta, por dispensa de licitação, para *aquisição de equipamento para dispensação de álcool em gel – TOTEM para o hospital municipal e unidades básicas de saúde* visando o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme art. 4º da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 4º do Decreto Municipal nº 1.792/2020.



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Procuradoria Jurídica Municipal

Os autos foram instruídos com a seguinte documentação: - Solicitação de Demanda; - Termo de Referência; - Despacho; - Declaração de Disponibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira.

É o relatório.

Preliminarmente, oportuno esclarecer que o exame desta PROJUR é feito nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública, ainda com mais rigidez em se tratando de contratação direta, exceção à regra da licitação. Dito isso, passa-se a análise do processo.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Da dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus

A Organização Mundial da Saúde reconheceu, no dia 11 de março de 2020, que o coronavírus, responsável pela doença catalogada como COVID-19, espalhou-se por diversas partes do mundo, a ponto de tal situação merecer ser caracterizada como uma pandemia. No Brasil, já há vários casos e a totalidade do território nacional já foi considerada em situação de transmissão comunitária, aquela em que não é mais possível rastrear a origem da contaminação. Tal realidade favorece o aumento drástico do contágio viral e dificulta o combate à situação pandêmica.

Com isso, os governos federal, estaduais, distrital e municipais têm adotado severas medidas de combate à transmissão do coronavírus, almejando que, assim, os danos causados pela COVID-19 à saúde da população e à economia da nação brasileira sejam o menor possível. Nesse ponto, ressalta-se a Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Uma das medidas previstas no mencionado diploma legal é a excepcional hipótese de contratação de bens, serviços e insumos sem licitação, nos casos em que o objeto contratado tiver como finalidade o combate ao coronavírus. O art. 4º da Lei nº 13.979/2020, prevê que a licitação é dispensável nesses casos com o seguinte texto:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Procuradoria Jurídica Municipal

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Trata-se de hipótese de contratação direta temporária e destinada a uma política de saúde pública específica, o enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus. Passado todo esse contexto de combate à transmissibilidade do referido vírus, esse caso de dispensa de licitação não poderá mais ser aplicado. Ou seja, o art. 4º acima transcrito é uma norma de vigência temporária, nos termos do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Sua vigência está vinculada ao estado de emergência decorrente do coronavírus. Na presente situação, ainda vigora atualmente a mencionada situação de urgência, de modo que a norma acima transcrita ainda se encontra vigente, motivo pelo qual a Administração pode seguir seus preceitos e contratar sem licitação.

Na mesma esteira de entendimento, o Decreto Municipal nº 1.792/2020, em seu art. 4º, mencionando a Lei nº 13.979/2020, tratou da dispensa de licitação para enfrentamento do coronavírus. Vejamos:

Art. 4º. Fica dispensada a licitação para aquisição de bens e insumos, contratação de prestação de serviços de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), de que trata este Decreto, nos termos do art. 4º da Lei Federal n.º 13.979/2020.

É lícito dizer que a aplicação escoreta da contratação direta em análise exige a presença de alguns requisitos de ordem temporal, material e procedimental (formal). Quanto ao temporal, é a já mencionada emergência em decorrência do coronavírus. Os requisitos procedimentais serão analisados no tópico seguinte, pelo que passamos à análise dos requisitos materiais.

As exigências de ordem material dizem respeito à configuração dos fatos geradores da dispensa prevista no art. 4º da Lei nº 13.979/2020. Os elementos que caracterizam tais fatos geradores foram listados no art. 4º-B do mesmo diploma legal, que diz:

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

- I - ocorrência de situação de emergência;
- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Embora a norma transcrita fale que esses elementos são presumidos, deve o gestor tomar o cuidado de expor nos autos cada um desses requisitos. Assim, para possibilitar a identificação de tais requisitos, a justificativa simplificada juntada aos autos atende ao disposto no art. 4º-B da Lei 13.979/2020, salvo melhor juízo, preenchem os requisitos materiais e temporais da dispensa.



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Procuradoria Jurídica Municipal

Dos requisitos procedimentais da dispensa e da instrução do processo

A Lei nº 13.979/2020, é um diploma específico e destinado ao enfrentamento de uma situação temporária e excepcional. Desse modo, sua aplicação ocorre nas situações extraordinárias destinadas ao combate ao coronavírus e sua interpretação deve sempre estar focada nessa finalidade, de modo que eventuais entraves legais ao enfrentamento da pandemia atualmente vivida devem ser superados sob pena de um mal maior à saúde da população brasileira.

Focada nesse intuito de atender às demandas de combate à transmissibilidade do coronavírus, assim como aos efeitos da doença COVID-19, a Lei nº 13.979/2020 simplificou consideravelmente o procedimento de contratação, afastando, total ou parcialmente, a aplicação de alguns institutos exigidos pelo regime geral de contratação pública, previsto na Lei nº 8.666, de 1993. Ou seja, no aspecto procedimental, deve-se recorrer à Lei nº 8.666/1993, nas contratações por dispensa de licitação destinadas ao enfrentamento do coronavírus apenas naquilo que não conflite, expressa ou implicitamente, com o procedimento e com a finalidade premente de proteção da saúde, previstos na Lei nº 13.979/2020.

Nessa linha, apontamos que a Lei de Combate ao Coronavírus expressamente simplifica o procedimento de contratação por dispensa de licitação nos seguintes pontos:

- a. Dispensa da elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns (art. 4º-C);
- b. O gerenciamento de risco não é exigido na fase da contratação, mas apenas na execução do contrato (art. 4º-D);
- c. Aceitação de projeto básico simplificado, o qual contenha os elementos previstos no art. 4-E, § 1º da Lei em comento;
- d. Possibilidade de, excepcionalmente, o gestor dispensar, mediante justificativa, a estimativa de preço exigida pelo § 1º, inciso VI, do art. 4-E da Lei nº 13.979/2020; e
- e. Dispensa da apresentação dos documentos relativos à habilitação, excepcionalmente e mediante justificativa, nas situações em que houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, ressalvadas as habilitações relativas à regularidade com a Seguridade Social e o cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição (trabalho de menores) (art. 4º-F).

Em relação ao constante na letra “e” supra, é importante destacar que a restrição de mercado a que alude o art. 4º-F da Lei de Combate ao Coronavírus configura-se não apenas nos casos de restrição de fornecedores do objeto no mercado, mas também nas situações em que a Administração tem dificuldades em encontrar no mercado empresas em condições de preencher os requisitos de habilitação.

Contudo, no caso de compra imediata e integral, sem obrigações futuras (pronta entrega), aplica-se o disposto no art. 32, § 1º, que autoriza a Administração a dispensar a exigência dos requisitos de habilitação. Neste caso, não há que se falar em exigência de regularidade fiscal e trabalhista, assim como dos demais requisitos da habilitação.



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Procuradoria Jurídica Municipal

Da análise das regras acima citadas, verifica-se que a Lei nº 13.979/2020, não excetuou a aplicação do art. 26 da Lei nº 8.666/93, que trata do procedimento de contratação por dispensa de licitação, mesmo que para o enfrentamento da emergência em decorrência do coronavírus. Assim, também devem ser observadas as disposições do art. 26 da Lei Geral de Licitações, que assim preconiza:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço;
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com isso, o procedimento de contratação por dispensa de licitação para o combate ao coronavírus deve ainda respeitar as seguintes etapas: a) ratificação do reconhecimento da dispensa pela autoridade superior, observados os requisitos materiais apontados no tópico anterior deste parecer; b) publicação do ato de dispensa no órgão de imprensa oficial; c) razão da escolha do fornecedor; e d) a justificativa do preço contratado. Quanto aos demais requisitos previstos no art. 26 acima transcrito, entendemos que ou foram afastados pela Lei nº 13.979/2020, ou não se aplicam à hipótese de contratação ora analisada.

Quanto à publicação do ato de reconhecimento da dispensa, ressaltamos que a Lei nº 13.979/2020, impõe que a publicidade seja a mais ampla possível, por se tratar de dispensa de licitação para combate ao coronavírus, pois, além da publicidade do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, é exigida a disponibilização dessa espécie de contratação no sítio oficial do órgão contratante, devendo constar aí os elementos exigidos pelo § 3º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e mais: a) o nome do contratado; b) o número de sua inscrição junto à Receita Federal do Brasil (CNPJ); c) o prazo contratual; d) o valor do contrato; e) o processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979, de 2020).

Em relação à justificativa do preço, ressalta-se que ela não se confunde com a estimativa de preço prevista, que, em regra, deve constar no termo de referência ou projeto básico simplificado, conforme exigência do art. 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei nº 13.979/2020. Tal estimativa tem significativa utilidade para os casos de licitação, mas nas situações de contratação direta, embora se trate de uma prática salutar, sua exigência pode ser mitigada, sobretudo numa situação de crise como a ora enfrentada. Por isso, inclusive, que o § 2º do citado art. 4º-E dispensa a estimativa de preço em casos excepcionais. Já a justificativa de preço não é dispensada, pois ela se refere ao próprio preço definido concretamente no contrato. Assim, a Administração deve, minimamente, justificar os preços contratados, inclusive com a indicação da excepcionalidade da situação, que fundamenta eventuais preços elevados.

Ainda sobre a justificativa do preço, importante mencionar que o § 3º do art. 4º-E da Lei nº 13.979/2020, desvincula o preço estimado do preço contratado, autorizando expressamente a



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Procuradoria Jurídica Municipal

Administração a contratar valores superiores ao estimado em decorrência das oscilações de mercado, tudo mediante justificativa nos autos.

Compulsando os autos encaminhados à PROJUR, verifica-se que consta no processo: - Solicitação de Demanda; - Termo de Referência e documentação complementar; - Despacho; - Declaração de Disponibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira.

A Administração apresentou a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, o que atende a legislação de referência, pelo que o processo não merece reparo quanto a esse ponto, conforme art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

Nos termos do §1º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, os documentos de habilitação foram dispensados, por se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega, o que se justifica ainda mais, diante da situação de emergência justificadora da adoção desta hipótese de dispensa de licitação prevista pela Lei nº 13.979/2020.

A bem da Administração Pública, entende-se importante que se realize, antes da efetiva realização da despesa, pesquisa no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ e no sítio oficial do Tribunal de Contas da União, para verificação de existência de impedimento para realização de compra junto à empresa selecionada.

Por fim, o processo deve seguir o seu curso, passando pela ratificação da autoridade superior e as consequentes publicações no órgão da imprensa oficial e no sítio eletrônico oficial da entidade contratante, observadas as exigências do art. 8º, § 3º, da LAI e do § 2º do art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

Da dispensa do instrumento de contrato

A Lei nº 13.979/2020 traz algumas disposições acerca dos contratos administrativos assinados com o objetivo de fazer o enfrentamento à crise do coronavírus. No entanto, nenhum dos dispositivos ali indicados se aplicam ao caso telado, pois a hipótese aqui vertida é de *aquisição de equipamento para dispensação de álcool em gel – TOTEM para o hospital municipal e unidades básicas de saúde* para entrega imediata e sem obrigações futuras. Trata-se de ajuste de execução instantânea, com entrega imediata e integral dos bens adquiridos.

Esses contratos prescindem do instrumento contratual formatado nos termos do art. 55 da Lei nº 8.666/93. De acordo com o art. 62, § 4º, da citada Lei Geral de Licitação, o instrumento de contrato pode ser substituído por outra espécie de documento simplificado, independentemente do valor do negócio, nas situações de aquisição com entrega imediata e integral sem que haja obrigações futuras. Diz o texto legal:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Procuradoria Jurídica Municipal

puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(...)

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.

(...)

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

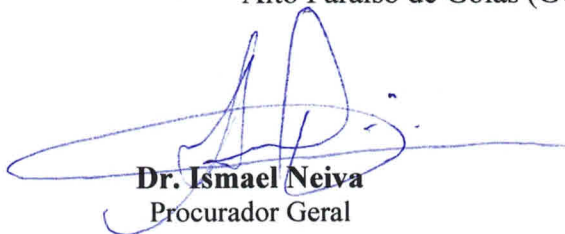
Vê-se com isso que a minuta de contrato justificadamente não consta do processo em análise, já que a compra ora desejada pela Administração é para entrega imediata e integral, sem previsão de qualquer obrigação futura, aplicando-se, subsidiariamente, o art. 62 da Lei 8.666/93.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise desta PROJUR, podendo o processo de contratação produzir os efeitos jurídicos pretendidos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Retornem os autos à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, para seguimento do feito e adoção das providências de praxe.

Alto Paraíso de Goiás (GO), 15 de maio de 2020.



Dr. Ismael Neiva
Procurador Geral



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás



**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA**

DISPENSA COVID N.º 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE ALCOL EM GEL-TOTEM PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

CONTRATADA: XBR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - CNPJ 31.096.086/0001-21

QUANTIDADE: 06 (seis)

VALOR UNITÁRIO: R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais)

VALOR TOTAL: R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais)

PLANO INTERNO OU AÇÃO DO PLANO PLURIANUAL: Manutenção do Programa de Combate a Doenças Epidemiológicas

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.305.0210.2-033

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSOS: 1.14

Município de Alto Paraíso de Goiás – GO, 17 de maio de 2020.

Raquel Alves Cruvinel

Assessoria de Finanças

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Para o fim de previsão orçamentária e no exercício da função de **ordenador de despesas**, nos termos do § 1º do art. 80 do Decreto-Lei 200/67; dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988; do inciso III do § 2º e do § 9º do art. 7º, do art. 14 e do art. 39, todos da Lei 8.666/93; dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar nº 101 de 2000; e, por fim, com supedâneo no disposto no art. 4º, da Lei Federal n.º 13.979/2020, com redação dada pela Medida Provisória n.º 926/2020; consoante ao que consta da instrução do presente processo, **DECLARO** possuir Dotação Orçamentária suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar, conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias.

Município de Alto Paraíso de Goiás – GO, 17 de maio de 2020.

Maria Cleonice Rodrigues de Sousa

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Gestora do FMS



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás



AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA COVID N.º 04/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE ALCOOL EM GEL-TOTEM PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES BASICAS DE SAUDE.

CONTRATADA: XBR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - CNPJ 31.096.086/0001-21

QUANTIDADE: 06 (seis)

VALOR UNITÁRIO: R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais)

VALOR TOTAL: R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais)

PLANO INTERNO OU AÇÃO DO PLANO PLURIANUAL: Manutenção do Programa de Combate a Doenças Epidemiológicas

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.305.0210.2-033

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSOS: 1.14

Com fulcro no disposto no art. 4º, da Lei Federal n.º 13.979/2020, com redação dada pela Medida Provisória n.º 926/2020, e consoante ao que consta da instrução do presente processo, **AUTORIZO** a realização da despesa, por meio de **dispensa de licitação emergencial**, vez que o objeto está adequado e limitado tão somente à parcela necessária para o enfrentamento do COVID-19, no âmbito da Secretária Municipal de Saúde e Saneamento do município de Alto Paraíso de Goiás - GO.

Município de Alto Paraíso de Goiás - GO, 17 de maio de 2020.

Maria Cleonice Rodrigues de Sousa
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Gestora do FMS

DECLARAÇÃO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

Ref.: Dispensa COVID nº 04/2020

Processo Administrativo nº 023/2020

A empresa **XBR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, inscrito no CNPJ nº31.096.086/0001-21, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **Rosana Bruna de Carvalho e Silva**, portador(a) da Carteira de Identidade nº.3716894 e do CPF nº 981.188.621-00, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

Goiânia – GO, 20/05/2020.

.....
Rosana Bruna de Carvalho e Silva
Representante Comercial



Tipo: 01 - EMPENHO A PAGAR		Nº Processo: 481/2020		Exercício: 2020		Nº Empenho: 141001	
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emitente: 07-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO				Data de emissão 20/05/2020			
Função: 10	Subfunção: 302	Programa: 0210	Tipo - Seq.: 2-032	Ação: Manutenção do Hospital Municipal			
Subação:	Descrição:			SIOPS: Base ASPS ☒		Natureza Desp: 3.3.90.30.21.00	
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo							
Subelementos (STN/TCs/PCASP): 22 - Material de Limpeza e Produção de Higienização							
3.3.1.1.1.22.00.00.00.0000 - material de limpeza e produtos de higienização							
Credor: XBR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA							
CNPJ: 31.096.086/0001-21		CPF:		Inscrição Estadual:		RG: Importância: 2.190,00	
Endereço: Avenida Vereador José Monteiro				Telefone:			
Cidade: Goiânia		Cep: 74650-300		UF: GO		Tipo do Empenho: 1 - Ordinário	
HISTÓRICO DA OPERAÇÃO EMPENHO EMITIDO PARA OCORRER À DESPESA COM AQUISIÇÃO DE ALCOOL EM GEL DESTINADO AO HOSPITAL MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO DEVIDO AO SURTO DE EPIDEMIA COVID -19, ATENDENDO DEMANDAS DESTA SECRETARIA.							
NOTA FISCAL							
Domicílio Tipo: Bancário Banco (Principal)		Agência Conta		Variação		Total: 2.190,00	
Modalidade da licitação: Não se Aplica (Ex.: Despesas com Pessoal)		Nº Proc. Licitatório: 0 /		Nº Contrato/Aditivo: 0		Vigência (Início): Vigência (Final):	
Nº Documentos: 39		Fonte Recurso do Orçamento: 1-Orçamento Geral		Nº Convênio:		Vigência (Início): Vigência (Final):	
Valor líquido do documento por extenso: dois mil e cento e noventa reais							
Fonte:				Visto do responsável pela contabilidade:			
Grupo/Código		Descrição		Valor			
114		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS					
017		Média Alta Complexidade - MAC		2.190,00			
Total:				2.190,00			
				Visto do Ordenador da despesa:			
				JOAO HELIO LIMA NETO CONTADOR/CRC - 13444 - GO			
				MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA GESTORA DO FMS			
Cronograma de Desembolso:							
Jan.	R\$ 0,00	Fev.	R\$ 0,00	Mar.	R\$ 0,00		
Abr.	R\$ 0,00	Mai.	R\$ 2.190,00	Jun.	R\$ 0,00		
Jul.	R\$ 0,00	Ago.	R\$ 0,00	Set.	R\$ 0,00		
Out.	R\$ 0,00	Nov.	R\$ 0,00	Dez.	R\$ 0,00		
Fênix Softwares Públicos - www.fenix.com.br							
Usuário: SISTEMA							

**Emissão de comprovantes**G3321613506534991
16/06/2020 14:06:23

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/06/2020 - AUTOATENDIMENTO - 14.06.25
4546204546 SEGUNDA VIA 0005

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
COMPROVANTE DE

TED - TRANSFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL

CLIENTE: GO 520060 FMS CUSTEIO SUS

AGENCIA: 4546-2 CONTA: 12.247-5

=====

FINALIDADE: 01 CREDITO EM CONTA

REMETENTE : GO 520060 FMS CUSTEIO SUS

BANCO: 341 - ITAU UNIBANCO S.A.

AGENCIA: 4384-2 - GOIANIA VILA NOVA

CONTA: 57.401-0

FAVORECIDO: XBR COMUNICACAO VISUAL LTDA

CPF/CNPJ: 31.096.086/0001-21

VALOR: R\$ 2.190,00

DEBITO EM: 21/05/2020

=====

DOCUMENTO: 052101

AUTENTICACAO SISBB: 9.FDB.251.A48.E6C.C92

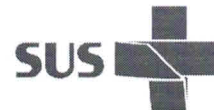
Transação efetuada com sucesso por: JD358463 MARIA C R SOUSA.



Tipo: 04- DESPESAS A PAGAR (Pagamento)		Nº. Processo: 000481 / 2020		Exercício: 2020		Nº Empenho: 141001		Nº da Op: 142001	
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emitente: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO						Data de inscrição: 20/05/2020		Data de emissão: 21/05/2020	
Função: 10	Subfunção: 302	Programa: 0210	Seq-Tipo: 2-032	Ação: Manutenção do Hospital Municipal					
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo				Subação:		Descrição:			
Subelemento (STN): 22-Material de Limpeza e Produção de Higienização				Subelemento (TC): -					
Credor: XBR COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA						Visto do controle interno:			
CNPJ: 31.096.086/0001-21		CPF:		Inscrição Estadual:					
Endereço: Avenida Vereador José Monteiro				Telefone:					
Cidade: Goiânia		Cep: 74650-300		UF: GO					
HISTÓRICO DA OPERAÇÃO: PROVENIENTE DE AQUISIÇÃO DE ALCOOL EM GEL DESTINADO AO HOSPITAL MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO DEVIDO AO SURTO DE EPIDEMIA COVID -19, ATENDENDO DEMANDAS DESTA SECRETARIA.									
NOTA FISCAL									
Nº Documentos: 39		Movimentação da OP:				Valor Bruto da OP		2.190,00	
Nº Liquidação: 142001									
Movimentação do Crédito									
Valor do Crédito:		2.190,00							
Saldo Anterior:		2.190,00							
Despesa desta O.P.:		2.190,00							
Saldo Atual:		0,00							
Fonte de Recursos: 114 Transferência de Recursos do Sistema Único d 017 Média Alta Complexidade - MAC		2.190,00							
Valor Liquido a Pagar: 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais)									
NOTA FISCAL									
Alto Paraiso - F.m.s em 21 de maio de 2020									
Nº. Para: Sistema Público - www.fcm.go.gov.br									
Débitos									
Usuário: SISTEMA									
Banco/Caixa	Conta	Verba Vinculo	Nº Documento	Valor Banco/Caixa	Conta	Verba Vinculo	Nº Documento	Valor	
BANCO DO BRASIL S/A	12.242-8	EMP CUSTEIO 3	5107022471	2.190,00					
Crédito: Tipo: Banco: - Agência: Conta: Variação:									
Visto Secretário:		Pague-se: MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA GESTORA DO FMS			Visto do responsável pela contabilidade: JOAO HELIO LIMA NETO CONTADOR/CRC - 13444 - GO				



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria de Saúde e Saneamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

☐ATO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2020

☐DAT 21 de MAIO de 2020

☐TEX O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados por meio do Processo Adm. nº 23/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 04/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE ÁLCOOL EM GEL-TOTEM PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: XBRCOMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 2.190,00 com entrega imediata

☐ASS MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

☐CAR Gestora do FMS

Maria Cleonice Rodrigues de Sousa
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria 5.396/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS nº 12/2020

DATA DA ABERTURA: 28/07/2020 às 13:00h.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DE EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE CAMPO DE FUTEBOL DA LOCALIDADE DE JACIGUA, NO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA/ES, CONSIDERANDO O CONTRATO DE REPASSE Nº 824002/MC/CAIXA.

TIPO: Menor Preço Global em regime de Empreitada por Preço Global.

O Edital poderá ser retirado no site www.vargemalta.es.gov.br.

Demais informações pelo e-mail: cpl.vargemalta@gmail.com, telefone: (28) 99968-8191 ou presencialmente.

2020.071E0700001.01.0023

Vargem Alta-ES, 9 de julho de 2020.

JOÃO RICARDO C DA SILVA

Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2020

DATA DA ABERTURA: DATA DA ABERTURA: 30/07/2020 às 13:00h.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ALMIRO OFRANTI, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA/ES, ATRAVÉS DA REFORMA DO ALAMBRADO, DOS VESTIÁRIOS, DOS BANHEIROS PÚBLICOS, DA CABINE DE RÁDIO E DA BILHETERIA E CONSTRUÇÃO DE ÁREA GASTRONÔMICA, CONSIDERANDO O CONTRATO DE REPASSE Nº 874689/MC/CAIXA.

TIPO: Menor Preço Global em regime de Empreitada por Preço Unitário.

O Edital poderá ser retirado no site www.vargemalta.es.gov.br.

Demais informações pelo e-mail: cpl.vargemalta@gmail.com, telefone: (28) 99968-8191 ou presencialmente.

2020.071E0700001.01.0024

Vargem Alta-ES, 9 de julho de 2020.

JOÃO RICARDO C DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Resumo do segundo termo aditivo ao contrato nº. 114/2018. Processo nº. 27.211/2018. Das partes: PMVV X CRANIOFACIAL IMAGENS ODONTOLÓGICAS EPP. Do objeto: Prorrogar a vigência do contrato nº. 114/2018. Do prazo: 12 (doze) meses a partir de 13 de julho de 2020. Do Valor: R\$ 41.220,00 (Quarenta e um mil e duzentos e vinte reais).

ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACREÚNA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 115/2020. Licitação: Tomada de Preços 005/2020. Objeto: contratação de empresa especializada para recapeamento com MICROREVESTIMENTO no Setor Núria e Setor Canaã neste Município. Valor Total: R\$ 388.398,87. Vigência: 09/07/2020 a 09/07/2021. Recursos: Dotações Orçamentárias: 15.451.1129.2.209.4.4.90.51.00 0114 - Fonte: 100. Contratante: O Município de Acreúna GO através da Secretaria Municipal de obras, Infraestrutura, Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Contratada: J LOPES CONSTRUTORA E CONSULTORIA EIRELI. Data: 09/07/2020. Signatários (contratantes): Edmar Oliveira Alves Neto Prefeito Municipal e Ronaldo Macedo Limberti Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 18/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 05/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL DE ALGODÃO PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: DENIS BERNARDES CARDOSO 06319913100, sendo pago pelos itens, o valor de 15.660,00 com entrega imediata

Em, 12 de maio de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 019/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 01/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 2 CAMAS COM COLCHÃO HOSPITALAR. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: OXYMASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 11.7470,00, com entrega imediata.

Em, 3 de maio de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 21/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 03/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS RESPIRATORIAS PFF2 E DESCARTÁVEIS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: JINI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 12.700,00, com entrega imediata.

Em, 21 de MAIO de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 23/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 04/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DISPENSAÇÃO DE ALCOOL EM GEL-TOTEM PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: XBRCOMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 2.190,00, com entrega imediata

Em, 21 de maio de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 27/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 06/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 2 MONITORES CARDÍACOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: IPANEMA BRASIL ATACADO E IMPORTAÇÃO EIRELI, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 31.800,00 com entrega imediata

Em, 19 de Julho de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 31/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 10/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: CONECTE TECNOLOGIA EIRELI-ME, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 10.740,00 com entrega imediata

Em, 9 de Julho de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 27/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 06/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 2 MONITORES CARDÍACOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: IPANEMA BRASIL ATACADO E IMPORTAÇÃO EIRELI, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 31.800,00 com entrega imediata

Em, 19 de Julho de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás-GO, comunica aos interessados que por meio do Processo Adm. nº 28/2020 realizou o procedimento de Dispensa de Licitação nº 07/2020, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE VENTILADOR PULMONAR E TESTES RÁPIDOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. Atendidas as formalidades legais, foi selecionada, como fornecedora a empresa: CONECTE TECNOLOGIA EIRELI, sendo pago pelos itens, o valor de R\$ 110.980,00 com entrega imediata

Em, 19 de julho de 2020

MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA

Gestora do FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

AVISO DE ADIAMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2020

O Município de Anápolis - GO, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, constituída pelo Decreto nº. 44.608/2020, torna público o adiamento para às 09h00min do dia 27 de JULHO DE 2020, a ser realizado na sala de reuniões da CPL, sito à Avenida Brasil Sul, nº. 200, Centro, nesta, a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2020, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO PARQUE MUNICIPAL "PARQUE DAS ÁGUAS", QUE SERÁ IMPLANTADO NO ANTIGO CLUBE IPIRANGA, QUE FICA ENTRE AS AVENIDAS OSCAR MOHN E AVENIDA PROFESSORA ZENAIDE DE CAMPOS RORIZ, BAIRRO JUNDIAI, NO MUNICÍPIO ANÁPOLIS - GO, conforme solicitação nº 000159/2020 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, constante do processo administrativo nº. 000016022/2020. Os interessados em adquirir o edital completo, deverão se dirigir à CPL do Município de Anápolis, situada no endereço supra, o qual será fornecido gratuitamente, desde que apresentada mídia para cópia, ou solicitá-lo por meio de correio eletrônico: licitacao@anapolis.go.gov.br, ou consultar através do portal www.anapolis.go.gov.br. Maiores Informações (62) 3902-2000.

Anápolis-GO, 9 de julho de 2020.

ALBERICO ANTÔNIO SILVEIRA DE ASSIS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020.

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Aparecida de Goiânia, após análise da exequibilidade da proposta de preços apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar na Tomada de Preços nº 014/2020, processo nº 2019.085.015, cujo objeto é a contratação de empresa para a reforma e ampliação da Unidade de Vigilância de Zoonoses, neste Município, torna público aos interessados que realizará a sessão de divulgação do resultado de julgamento das propostas de preços no dia 13 de julho de 2020, às 14 horas.

Aparecida de Goiânia, GO 9 de julho de 2020

ALZENI CARDOSO DE CIRQUEIRA.

Presidente da CERDC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 9/2020

Local/Data/Horário: Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás, situada na Av. Deputado Solon Amaral, nº 1.154, Centro, no dia 27/07/2020, às 08h30min. Finalidade: realização de licitação na modalidade Tomada de Preço, tipo menor preço por item, para aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para Secretaria Municipal de Saúde. O Edital, demais condições e informações, serão obtidos junto à Prefeitura Municipal, no endereço acima mencionado, no horário de expediente, ou pelo fone: 64-3699-1367.

Buriti de Goiás/Go, 9 de julho de 2020.

JOEDES BORGES DE OLIVEIRA

Presidente da CPL





CERTIDÃO

Certifico que a o Processo Administrativo nº 23/2020 de Dispensa nº 04/2020, foi devidamente publicado no placar de publicidade desta Prefeitura e no site oficial do Município.

Por ser verdade, firmo a presente.

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO, 10/07/2020.

Daniel Carvalho Mota
Assessor em administração em Saúde